

Presidente

Secretária

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA
NO DIA 6 DE MARÇO DE 2017, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE
LAMEGO**

PRESENÇAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes, e os senhores Vereadores Manuel António Rebelo Ferreira, José Correia da Silva, Armínio José Teixeira Mendes, Andrea Sofia Monteiro Santiago, Jorge Guedes Osório Augusto e Isolina Augusta Rodrigues Guerra.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência.

SECRETARIOU

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou o Executivo que esteve presente na 12ª reunião da Comissão da Política de Coesão Territorial e Orçamento da União Europeia, que teve lugar na Polónia, no dia 2 de março, cujo tema foi *“O futuro da política de coesão após 2020: Por uma política de coesão europeia forte e eficaz após 2020”*, distribuindo aos senhores Vereadores, para conhecimento, cópia da documentação recebida.

TRANSPORTE URBANO DE LAMEGO - VERDINHO (COD. 62)

O senhor **Presidente da Câmara** informou os senhores Vereadores do ponto de situação em relação ao assunto do Transporte Urbano de Lamego - Verdinho, dizendo que se encontra em fase de negociações com a empresa Transdev, S.A., estando a aguardar uma resposta.

Informou, ainda, que efetuou uma prorrogação do atual contrato, por mais 60 dias.

PAGAMENTOS (COD 45)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo da lista dos compromissos, pagamentos, recebimentos e fundos disponíveis, referente ao mês de janeiro de 2017.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

JUNTAS DE FREGUESIA (COD. 37)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo do teor do ofício n.º 9, proveniente da Junta de Freguesia de Lamego, datado de 20/02/2017, relativo ao processo judicial n.º 496/11.5TTLMG-A, em que figura como exequente João António dos Santos Faustino e como executado a Junta de Freguesia de Lamego, e que vem acompanhado de uma notificação enviada pela agente de execução Otilia Ferreira, bem como da resposta efetuada pela referida Junta à agente de execução.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2017 (COD. 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 27 de fevereiro de 2017, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com uma abstenção da senhora Vereadora Isolina Augusta Rodrigues Guerra, por não ter participado na referida reunião.

02-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO E ALTERAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 89/15 (COD 42)

REQUERENTE: MÁRIO DUARTE DA SILVA

LOCAL DA OBRA: CANTUDO – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 237-A/42/2017 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 25/DOU, de 04/01/2017 e do parecer do Chefe da DOU, de 24/02/2017, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos expressos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura, nos termos do parecer emitido pelo Chefe da DOU.

03-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS – PROC. 402/16 (COD 42)

REQUERENTE: J. CARLOS PEREIRA, LDA.

LOCAL DA OBRA: QUINTA DA GALHOSA, SANTANA – CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 238/42/2017 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 517/DOU, de 21/02/2017 e do parecer do Chefe da DOU, de 24/02/2017, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos expressos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

04-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 551/16 (COD 42)

REQUERENTE: DINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA MENDES

LOCAL DA OBRA: CIMO DE SANDE – SANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 239/42/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 480/DOU, de 15/02/2017 e do parecer do Chefe da DOU, de 22/02/2017, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos expressos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

05-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA HABITAÇÃO
– PROC. 534/16 (COD 42)

REQUERENTE: JOÃO CHAVES CARNEIRO RIBEIRO

LOCAL DA OBRA: QUINTA DO VALE DA LÁGEA – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 240/42/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 571/DOU, de 24/02/2017 e do parecer do Chefe da DOU, de 27/02/2017, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos expressos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

06-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 494/16 (COD 42)

REQUERENTE: DIMAS CARDOSO

LOCAL DA OBRA: PÓVOA DA ESTRADA – CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 241/42/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 540/DOU, de 22/02/2017 e do parecer do Chefe da DOU, de 24/02/2017, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de construção de uma habitação.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

07-ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEL PARA EQUIPAMENTO HOTELEIRO –
PROC. 197/15 (COD 42)

REQUERENTE: SUBIDA DO CASTELO, LDA.

LOCAL DA OBRA: RUA PORTA DO SOL – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 242/42/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 536/DOU, de 22/02/2017 e do parecer do Chefe da DOU, de 24/02/2017, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de requalificação de imóvel para equipamento hoteleiro.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

08-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 476/16 (COD 42)

REQUERENTE: MARIA DOS ANJOS PEREIRA ESTEVES OLIVEIRA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DAS TEIXEIRAS, MEDELO – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 243/42/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 498/DOU, de 17/02/2017 e do parecer do Chefe da DOU, de 24/02/2017, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de construção de uma habitação.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

09-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 122/16 (COD 42)

REQUERENTE: IDALINA DO CARMO SILVA TEIXEIRA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO RABOLAL, MÓS – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 244/42/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 570/DOU, de 24/02/2017 e do parecer do Chefe da DOU, de 27/02/2017, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de reconstrução de uma habitação.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

10-ASSUNTO: AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA HABITAÇÃO – PROC. 3/17 (COD 42)

REQUERENTE: PAULO SÉRGIO TAVARES FERREIRA

LOCAL DA OBRA: QUINTA DE PAREDES – LUGAR DE S. JOÃO – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 245/42/2017, do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, de acordo com a informação n.º 84, datada de 10/01/2017 e do parecer do Chefe da DOU, de 21/02/2017, e nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que delibere o indeferimento do pedido de licenciamento, devendo promover-se audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 121.º e 122.º do C.P.A.

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, promover-se audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 121º e 122º do C.P.A., no prazo de 10 dias, atento o sentido provável de indeferimento do pedido de licenciamento.

11-ASSUNTO: ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 581/14 (COD 42)

REQUERENTE: JOSÉ DA SILVA OSÓRIO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO EIRO – CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 246/42/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que surge no seguimento da informação n.º 74, de 09/01/2017, referindo que o requerente não apresentou os projetos de especialidade, no prazo de 6 meses, o ato que aprovou o projeto de arquitetura caducou, nos termos do n.º 6 do artigo 20º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia da interessada.

Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere promover a audiência prévia ao requerente.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

12-ASSUNTO: REMODELAÇÃO PARA ESPAÇO COMERCIAL – PROC. 642/14 (COD 42)

REQUERENTE: ANDREIA RODRIGUES FERREIRA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO BARRONCAL – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 247/42/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que surge no seguimento da informação n.º 120, de 13/01/2017, a qual refere que a requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras, no prazo de um ano, após a notificação, o ato de licenciamento caducou, nos termos do n.º 2 do artigo 71º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia da interessada.

Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere promover a audiência prévia à requerente, nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

13-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A HABITAÇÃO – PROC. 675/10 (COD 42)

REQUERENTE: JOSÉ CARLOS CORREIA TEIXEIRA MONTEIRO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE BACELO – SANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 248/42/2017 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, de acordo com a informação n.º 493, datada de 16/02/2017 e do parecer do Chefe da DOU, de 16/02/2017, que delibere que seja reconhecido o interesse na conclusão da obra e que seja concedida uma licença especial

Presidente

Secretária

para a sua conclusão, pelo prazo de doze meses e não de vinte e quatro meses, como solicitado.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

14-ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO – PROC. 527/16
(COD 42)

REQUERENTE: JOÃO PAULO DA COSTA TEIXEIRA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA VINÍCOLA – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 249/42/2017 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, de acordo com a informação n.º 6037, datada de 05/12/2016 e do parecer do Chefe da DOU, de 16/02/2017, que delibere o indeferimento do pedido do requerente.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

15-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 17/14 (COD 42)

REQUERENTE: JOSÉ FERNANDO RODRIGUES CUNHA

LOCAL DA OBRA: QUINTA DO CERRADO – CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 250/42/2017 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 451/DOU, de 14/02/2017 e do parecer do Chefe da DOU, de 23/02/2017, referente à legalização de uma habitação executada no início da década de 80.

Estando o projeto de arquitetura aprovado, o requerente foi notificado a apresentar os projetos de especialidades, no entanto, solicitou a isenção dos projetos, pelo facto de a obra já se encontrar executada há muito tempo e no seu entender não fazer sentido a sua apresentação.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere dispensar a apresentação dos projetos de especialidades.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dispensar a apresentação dos projetos de especialidades, conforme proposto.

16-ASSUNTO: CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 599/16 (COD 42)

REQUERENTE: MANUEL AVELINO SILVA PEREIRA NUNES

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA FOZ – UNIÃO DE FREGUESIA DE BIGORNE, MAGUEIJA E PRETAROUCA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 251/42/2017 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 553/DOU, de 23/02/2017 e do

Presidente

Secretária

parecer do Chefe da DOU, de 23/02/2017, propondo à Câmara Municipal que delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

17-ASSUNTO: EMPREENDIMENTO TURÍSTICO EM ESPAÇO RURAL – PROC. 4/11
(COD 42)

REQUERENTE: CASA DOS VARAIS

LOCAL DA OBRA: CASA DOS VARAIS - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 252/42/2017 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 3205/DOU, de 20/12/2016 e do parecer do Chefe da DOU, de 22/02/2017, propondo à Câmara Municipal que delibere declarar, a título de decisão final, a caducidade da autorização de utilização para fins turísticos.

Mais propõe que a Câmara delibere que se proceda ao cancelamento da inscrição do empreendimento turístico no Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos – RNET.

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, declarar, a título de decisão final, a caducidade da autorização de utilização para fins turísticos, bem como que se proceda ao cancelamento da inscrição do empreendimento turístico no Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos – RNET, conforme proposto.

18-ASSUNTO: CERTIDÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA – PROC. 94/17 **(COD. 42)**

REQUERENTE: EMANUEL JOSÉ DOS SANTOS PINTO

LOCAL DA OBRA: RUA DO JOGO, S. MARTINHO DO SOUTO - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 253/42/2017 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 482/DOU, de 15/02/2016, e do parecer do Chefe da DOU, de 22/02/2017, propondo que a Câmara delibere que se atribua à morada em causa o número de polícia n.º 1.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

19-ASSUNTO: CERTIDÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA – PROC. 95/17 **(COD. 42)**

REQUERENTE: JOSÉ DE LIMA PINTO

LOCAL DA OBRA: RUA DO JOGO, S. MARTINHO DO SOUTO - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 254/42/2017 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 484/DOU, de 15/02/2016, e do

Presidente

Secretária

parecer do Chefe da DOU, de 22/02/2017, propondo que a Câmara delibere que se atribua à morada em causa o número de polícia n.º 2.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

20-ASSUNTO: CERTIDÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA – PROC. 96/17 (**COD. 42**)

REQUERENTE: JOSÉ DE LIMA PINTO

LOCAL DA OBRA: RUA DA BOLA, S. MARTINHO DO SOUTO - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 255/42/2017 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 483/DOU, de 15/02/2016, e do parecer do Chefe da DOU, de 22/02/2017, propondo que a Câmara delibere que se atribua à morada em causa o número de polícia n.º 4.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

21-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE ARMAZENAGEM DE GARRAFAS DE GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS (GPL) – PROC. 345/14 (**COD 42**)

REQUERENTE: DISTACANAL – DISTRIBUIDORA DE GÁS CANALIZADO, LDA.

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE SANTA BÁRBARA – VILA NOVA DE SOUTO DEL REI

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 256/42/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada do parecer do Chefe da DOU, de 03/02/2017, que surge na sequência do solicitado pelo Executivo Municipal, informando que o valor mínimo do valor do seguro exigível para a instalação em causa é de 1.223.145,00€, de acordo com o referido no n.º2 do artigo 28º da Lei 15/2015, de 16 de fevereiro.

No entanto, de acordo com o n.º1 do artigo 14º do Decreto-Lei 267/2002, de 26 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 217/2012, de 9 de outubro e posterior alteração pela Lei 15/2015, de 16 de fevereiro, a fixação do montante mínimo do referido seguro é uma competência da câmara municipal, tendo a câmara municipal em reunião de 24/04/2007 fixado o valor mínimo 1.350.000,00€.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, fixar o valor do seguro em 1.223.145,00€, nos termos dos artigos 13º e 14º do Decreto-Lei nº. 267/2002, de 26 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 217/2012, de 9 de outubro e posterior alteração pela Lei 15/2015, de 16 de fevereiro, revogando a deliberação tomada, sobre este assunto, na reunião de Câmara realizada no dia 24 de abril de 2007.

22-ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE VALA – PROC. 105/17 (**COD 42**)

REQUERENTE: CARLOS FERNANDO LOUREIRO MARTINS

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO NOGUEIRAL – MELCÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 257/42/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 568, de 24/02/2017 e do parecer do Chefe da DOU, de 27/02/2017, propondo que a Câmara delibere o deferimento do pedido para abertura de vala, na via pública para instalação de ramal de energia elétrica, com os seguintes condicionalismos:

1. A instalação da tubagem não confere qualquer direito de posse;
2. Os trabalhos deverão ser devidamente sinalizados, sendo da sua responsabilidade qualquer acidente que ocorra em consequência da execução das obras;
3. Os trabalhos deverão ser fiscalizados pelos serviços de fiscalização da Câmara Municipal.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

23-ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE UM TUBO DE ÁGUA NUM CAMINHO PÚBLICO – PROC. 400/16 (COD 42)

REQUERENTE: AGOSTINHO MENDES ASSUNÇÃO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO PORTAL DO CHÃO - LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 258/42/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 525, de 22/02/2017, e do parecer do Chefe da DOU, de 24/02/2017, propondo à Câmara Municipal que delibere que se proceda à devolução da caução do valor de 432,00€, depositado através da guia de receita n.º 187, de 31/08/2016.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

24-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM DE CABO DE FIBRA ÓPTICA – PROC. 670/14 (COD 42)

REQUERENTE: GRUPO VISABEIRA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

LOCAL DA OBRA: AV. 5 DE OUTUBRO, FRENTE AO Nº 47 - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 259/42/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 3222, de 30/11/2015, e do parecer do Chefe da DOU, de 21/02/2017, propondo à Câmara Municipal que delibere que se proceda à devolução da caução do valor de 171,50€, depositado através da guia de receita n.º 65, de 06/03/2015.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

Presidente

Secretária

25-ASSUNTO: QUEIXA DE UMA CASA EM RUÍNA JUNTO A HABITAÇÃO – PROC. 467/14 (COD 42)

QUEIXOSO: MANUEL DE ARAÚJO OLIVEIRA

PROPRIETÁRIOS: NELSON PINHEIRO ROCHA E MÁRIO PINHEIRO ROCHA

LOCAL DA OBRA: TRAVESSA DO EIRÓ, MOIMENTINHA - CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 260/42/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 3194, de 19/12/2016, e do parecer do Chefe da DOU, de 21/02/2017, referindo que se desconhecem proprietários do imóvel, foi feita a notificação da audiência prévia relativa à posse administrativa através de edital com data de 10/11/2016, não tendo havido qualquer pronúncia no prazo concedido.

Face ao exposto propõe que a Câmara delibere se toma posse administrativa do imóvel, e a execução das obras referidas no ponto 3 do capítulo VI do auto de vistoria n.º 45 de 19/12/2014.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter este assunto à DASU e aos serviços da Proteção Civil, para atuação urgente, de forma a acautelar a segurança dos transeuntes.

26-ASSUNTO: IMÓVEL EM RUÍNAS – PROC. 662/09 (COD 42)

REQUERENTE: MUNICÍPIO DE LAMEGO

LOCAL DA OBRA: RUA DIREITA, SÉ - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 260/42/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 399, de 08/02/2017, e do parecer do Chefe da DOU, de 21/02/2017, propondo à Câmara que delibere as medidas a adotar.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, determinar a posse administrativa do imóvel, nos termos do estatuído nos artigos 91º, 107º e 108º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, com vista a efetuar a execução coerciva da necessária intervenção urbanística.

27-ASSUNTO: CORTE DE TRÂNSITO PARA A REALIZAÇÃO DO ENTRUDO DE LAZARIM – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 262/62/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo a ratificação do seu despacho, datado de 22 de fevereiro de 2017,

Presidente

Secretária

no qual autorizou o corte de trânsito, para a realização do desfile de carnaval, nos dias 26 e 28 de fevereiro de 2017, das 14h às 18h, nos seguintes arruamentos:

- Av. Silvestre Pereira Afonso;
- Av. José António Vaz Almeida;
- Praça Manuel Fonseca Santos.

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

28-ASSUNTO: PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE (COD 51)

REQUERENTE: MERITOCIL, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 263/53/2017 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, que aprecie e delibere, sobre o pedido da requerente, em que solicita o licenciamento de publicidade, a colocar na Av. Egas Moniz, no Lugar do Desterro, em Lamego, juntando para o efeito o desenho de pormenor de implantação, conforme solicitado pelo Executivo Municipal.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, mediante o pagamento das respetivas taxas.

Ausente o senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto.

29-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM A AE.HTDOURO (COD 52-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 264/52-A/2017, do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja aprovada a minuta do protocolo de cooperação a celebrar com a AE.HTDOURO – Associação de Empresários de Hotelaria e Turismo do Douro, que visa criar as condições para garantir uma atuação conjunta que tem por objetivo promover uma articulação de esforços para dinamização integrada de iniciativas de formação, informação e apoio ao desenvolvimento empresarial da região, no valor de 16.000,00€ (dezassex mil euros).

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

30-ASSUNTO: ALTERAÇÃO À ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS A PRÉDIOS URBANOS OBJETO DE REABILITAÇÃO URBANA (COD 48)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 265/48/2017, do senhor Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:

“Francisco Manuel Lopes, Presidente da Câmara Municipal, propõe à digníssima Câmara Municipal, em virtude da necessidade de conformação das nossas disposições com o

Estatuto dos Benefícios Fiscais, a aprovação da proposta de alteração (a submeter a posterior e definitiva aprovação pela Exma. Assembleia Municipal) relativa à concessão de BENEFÍCIOS FISCAIS A PRÉDIOS URBANOS OBJETO DE REABILITAÇÃO URBANA, que incidirá somente sobre os incentivos fiscais associados a impostos municipais sobre o património (IMI E IMT), ou seja, sobre o ponto II-INCENTIVOS FISCAIS ASSOCIADOS A IMPOSTOS MUNICIPAIS dos atuais benefícios.

Os benefícios fiscais estão atualmente conferidos nos seguintes termos:

I- DEFINIÇÃO DOS APOIOS MUNICIPAIS

a) Redução no pagamento em 50%, das taxas municipais relacionadas com as obras de reabilitação, designadamente:

- Taxas referentes ao licenciamento, comunicação prévia e autorização das operações urbanísticas;*
- Taxas referentes à emissão de alvarás que titulam as operações referidas;*
- Taxas devidas por ocupação do espaço público necessárias às intervenções;*
- Taxas pela realização de vistorias;*

II- INCENTIVOS FISCAIS ASSOCIADOS A IMPOSTOS MUNICIPAIS

a) Imposto Municipal sob Imóveis (IMI) — Isenção durante 4 anos e redução progressiva nos 4 anos subsequentes (80 %, 60 %, 40 % e 20 %) para prédios urbanos objeto de ações de reabilitação urbana.

b) Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) — Isenção nas aquisições de prédios urbanos ou de fração autónoma de prédio urbano destinados a exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado.

III- OUTROS INCENTIVOS CONFERIDOS PELO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS-E.B.F.

a) Dedutíveis à coleta, em sede de IRS, até ao limite de €500, 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação de imóveis;

b) Tributação à taxa autónoma de 5% das mais valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português quando sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis objeto de ações de reabilitação;

c) Tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento de imóveis objeto de ações de reabilitação.

d) IVA à taxa reduzida de 6% em obras de reabilitação urbana.

Saliente -se que, nos termos da alínea b) do Artigo 14.º do RJRU, a delimitação de uma ARU confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os

edifícios ou frações nela compreendidos o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos estabelecidos na legislação aplicável nomeadamente referidos no EBF, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural.

Assim, o ponto em causa, a ser objeto de alteração, deverá ter a seguinte redação:

II- INCENTIVOS FISCAIS ASSOCIADOS A IMPOSTOS MUNICIPAIS

a) Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são isentos de Imposto Municipal sob Imóveis (IMI):

- Por um período de cinco anos (renovável por mais cinco anos), a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, nos termos do previsto no nº 7 do artigo 71º do EBF;*
- Por um período de três anos a contar do ano, inclusive, da emissão da respetiva licença para obras de reabilitação, nos termos do previsto no nº 1 do artigo 45º do EBF.*

b) São isentas de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT):

- As aquisições de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, nos termos do previsto no nº 8 do artigo 71º do estatuto dos benefícios fiscais (E.B.F);*
- As aquisições de prédios urbanos a destinar a ações de reabilitação urbanística, desde que no prazo de três a contar da data de aquisição, o adquirente inicie as respetivas obras, nos termos do previsto no nº 2 do artigo 45º do estatuto dos benefícios fiscais (E.B.F).”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração relativa à concessão de benefícios fiscais a prédios urbanos objeto de reabilitação urbana, devendo este assunto ser submetido à Assembleia Municipal, para os efeitos legais.

31-ASSUNTO: EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO - APOIO À TESOURARIA – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EXERCÍCIO 2017 (COD 43)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 266/43/2017, do senhor Presidente da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela fica a fazer parte integrante, propondo à Câmara Municipal, ao abrigo das disposições legais, que delibere:

1. Ratificar a autorização de abertura do procedimento de contratação de empréstimo de Curto Prazo de até € 500.000,00, bem como a consulta às entidades constantes na informação n.º 5020/2015, de 30/10/2015.

Presidente

Secretária

2. Ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este Órgão:

- Nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º deste mesmo Regime, autorize a Câmara municipal a contrair, em 2017, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de € 500.000,00, em conformidade com a consulta feita à banca, parte integrante desta, com prazo máximo de 31/12/2017.

- Autorize a contratação deste financiamento junto do Banco Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro, CRL., que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município conforme análise efetuada.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos precisos termos propostos.

32-ASSUNTO: RECLAMAÇÃO SOBRE FALTA DE RESPOSTA AO PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE TARIFA SOCIAL (**COD 01**)

REQUERENTE: AGIR LAMEGO IPSS - ASSOCIAÇÃO DE GERAÇÕES, INOVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE LAMEGO

Presente à reunião a informação n.º 880/DASU, datada de 20/02/2017, que surge no seguimento da pretensão formulada pela AGIR LAMEGO IPSS - Associação de Gerações, Inovação e Requalificação de Lamego, datada de 17/02/2017, relativa ao pedido de atribuição da tarifa social aos consumos de água das instalações prediais n.ºs 15334, 27333, cujo pedido inicial foi apresentado em 17/10/2014.

Assim, solicita à Câmara Municipal a integração dos consumos de água na tarifa social, das instalações prediais n.ºs 15334, 27333.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão formulada pela requerente.

33-ASSUNTO: MINUTA (**COD 03**)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

34-ASSUNTO: TERMO (**COD 60**)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às onze horas, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

Presidente
Secretária

O Presidente,

A Secretária